JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.01.25 06:30:04 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 25 de janeiro de 2024 • Nº 1730 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

MONTADORA

# GM anuncia que vai investir R$ 7 bilhões

O vice-presidente de Políticas Públicas, Comunicações e ESG da GM para América do Sul, Fábio Rua, disse que o novo ciclo de investimentos da companhia até 2028 prevê R$ 7 bilhões, mas que isso corresponde apenas à primeira fase e outros aportes poderão ser anunciados no período caso a montadora observe aceleração do mercado. "O último ciclo foi de R$ 10 bilhões, mas foi anunciado de uma só vez. Agora, podemos anunciar outras fases neste período (de 2024 a 2028)", afirmou. A empresa anunciou no período da tarde o início de um novo ciclo de investimento para suas operações no Brasil. Com foco em mobilidade sustentável, os investimentos incluem seis novos modelos de veículos e modernização de fábricas. PÁGINA 2

GANHOS EXTRAS

## Comissão apura fraude em salários de militares

A Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República vai investigar supostas fraudes nos processos de quarentena remunerada dos ex-comandantes do Exército, general Marcos Antônio Freire Gomes, e da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, e do ex-diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Garigham Amarante Pinto. A decisão foi tomada na reunião de terça-feira passada, após reportagem do *Estadão* revelar que os servidores ganharam os salários extras ao usarem convites contestados pelas próprias empresas. Um deles chegou a receber mais de R$ 100 mil. O *Estadão* apurou que a Comissão de Ética Pública vai reabrir os três processos, findados há quase um ano, e enviar questionamentos às autoridades e às companhias. Por fim, caberá aos relatores decidirem sobre o que será feito. As autoridades poderão ter que devolver o dinheiro. PÁGINA 5

RECURSOS

# Governo estuda fundo de até R$ 6 bi para financiar aéreas

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (**foto, com Lula**) , anunciou ontem que o governo estuda a criação de um fundo, com recursos de R$ 4 a R$ 6 bilhões, para conceder empréstimos a companhias aéreas brasileiras. As operações serão realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Já está em construção com o ministro (Fernando) Haddad (da Fazenda), com o presidente do BNDES, (Aloizio) Mercadante. Vamos apresentar ao país um fundo de financiamento da aviação brasileira, para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, ampliar investimentos na aviação." Segundo o ministro, isso inclui desde refinanciamento de dívidas quanto investimentos em manutenção como também a compra de novas aeronaves. PÁGINA 3

SUJEITO À TOA

## Alckmin diz que Bolsonaro é um desocupado

PÁGINA 5

SÃO PAULO

## Ouvidoria pede que PMs usem câmeras em operação

PÁGINA 4

PACOTE DE REFORMAS

# Greve geral na Argentina pressiona Milei

O presidente Javier Milei enfrentou uma greve geral contra pacote de medidas para desregulamentar a economia. A paralisação foi convocada pela maior central sindical da Argentina, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), que falou na adesão de 1,5 milhão de pessoas por todo país, sendo 600 mil em Buenos Aires. Na capital, os manifestantes se concentraram em frente ao Congresso, onde tramita um dos projetos prioritários para o governo. Segundo a polícia portenha, o ato reuniu entre 80 e 100 mil pessoas. PÁGINA 6

CONSUMO

WILSON DIAS/ABRASIL

# Haddad cita importância de regulamentar reforma tributária este ano

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), reiterou a importância de que a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo ocorra em 2024, o que vai possibilitar que o calendário de transição previsto seja cumprido. O reforço foi feito ontem de manhã durante a reunião inaugural do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo. Haddad pediu também que os grupos de trabalho que atuarão na regulamentação procurem elaborar textos próximos do ideal para facilitar o trabalho no Congresso. PÁGINA 2

## INDICADORES

IBOVESPA: -0,35% / 127.815,70 / -446,82 / Volume: R$ 20.345.394.190 / Negócios: 3.305.400

Maiores Altas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| USIMINAS PNA N1 | 8.97 | +3.82 | +0.33 |
| MARFRIG ON NM | 9.63 | +2.99 | +0.28 |
| ALPARGATAS PN N1 | 8.54 | +2.52 | +0.21 |
| CSNMINERACAOON N2 | 6.730 | +2.44 | +0.160 |
| GERDAU PN N1 | 21.72 | +2.31 | +0.49 |

Maiores Baixas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| GRUPO NATURAON NM | 16.35 | –5.38 | –0.93 |
| CASAS BAHIA ON NM | 8.700 | –4.50 | –0.410 |
| YDUQS PART ON NM | 20.42 | –3.72 | –0.79 |
| RAIADROGASILON NM | 25.99 | –3.53 | –0.95 |
| AREZZO CO ON NM | 55.51 | –3.46 | –1.99 |

Mais Negociadas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| VALE ON NM | 69.90 | +1.01 | +0.70 |
| PETROBRAS PN N2 | 37.88 | –0.76 | –0.29 |
| ITAUUNIBANCOPN N1 | 32.40 | –0.46 | –0.15 |
| LOCALIZA ON NM | 58.63 | –1.00 | –0.59 |
| BRADESCO PN N1 | 15.32 | –0.39 | –0.06 |

Bolsas no mundo

| | Fechamento | % |
|---|---|---|
| Dow Jones | 37.806,39 | -0,26 |
| NASDAQ Composite | 15.481,917 | +0,36 |
| CAC 40 | 7.455,64 | +0,91 |
| FTSE 100 | 7.527,67 | +0,56 |
| DAX | 16.889,92 | +1,58 |
| Ftse Mib | 30.314,69 | +0,79 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Salário mínimo** | R$ 1.412,00 | **IGP-M** | 0,74% (dez.) | **EURO turismo** | |
| **Ufir** | R$ 4,3329 | **IPCA** | 0,56% (dez.) | Compra: 5,4218 | Venda: 5,6018 |
| **Taxa Selic** | | **CDI** | | **DÓLAR Ptax - BC** | |
| (13/12) | 11,75% | (13/12) | 11,65% | Compra: 4,9192 | -1,05% |
| **Poupança 3** | | **OURO** | | **DÓLAR comercial** | |
| (24/01) | 0,5443% | BM&F/grama | R$ 318,76 | Compra: 4,9310 | Venda: 4,9316 |
| **TR** | | **EURO Comercial** | | **DÓLAR turismo** | |
| (24/01) | 0,0441% | Compra: 5,3690 | Venda: 5,3696 | Compra: 4,9454 | Venda: 5,1254 |

Economia

MERCADOS

# Com Vale e Petrobras, Bovespa cai 0,35%, aos 127,8 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) parecia que manteria a linha de 128 mil pelo segundo dia, obtendo assim a primeira sequência ganhadora desta segunda quinzena de janeiro, mês até aqui marcado por correção de quase 5% em relação aos recordes do fim do ano passado. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou até os 129.445,69 pontos no melhor momento, pela manhã, saindo de abertura a 128 275,09. Do meio para o fim da tarde, contudo, mostrou o mesmo sinal que tem prevalecido neste começo de 2024: negativo. Com a perda de 0,35% na sessão, aos 127.815,70 pontos, ainda avança 0,14% na semana - em janeiro, cai 4,75%. O giro ficou em R$ 20,3 bilhões ontem.

Mais cedo, a progressão do Ibovespa, como no dia anterior, decorria do impulso proporcionado por Vale ON (ao fim, limitado a 1,01%), a ação de maior peso no índice. A mineradora abriu o ano muito pressionada pela perspectiva nebulosa para a demanda chinesa, que tem resultado em volatilidade para o preço do minério de ferro. Assim, até a última sexta-feira, 19, a ação da Vale, que corresponde a cerca de 14,1% do Ibovespa, acumulava perda de quase 12% no ano - com a recuperação parcial vista nas últimas sessões, ainda cede 9,46% em 2024.

Os ganhos na principal ação do Ibovespa mostraram moderação a partir do meio da tarde, buscando mínimas da sessão abaixo da linha psicológica de R$ 70, chegando a R$ 69,75 no pior momento e fechando a R$ 69,90.

Afora as questões domésticas, hoje, o contrato mais negociado do minério de ferro em Dalian, para maio de 2024, fechou em alta de 1,77%, a 979 yuans por tonelada, o correspondente a US$ 136,45, contribuindo para novo avanço das ações do setor metálico - entre as quais, Vale ON -, com destaque para CSN (ON +2,3%) e Gerdau (PN +2,31%). Assim, o índice de materiais básicos fechou o dia com ganho de 1,06%, o que contribuiu para neutralizar o efeito negativo, sobre o Ibovespa, do recuo das ações de grandes bancos - à exceção de BB ON, que chegou a oscilar para o negativo à tarde, mas fechou em alta de 0,19% -, além de Petrobras (ON -0,93%, PN -0,76%).

Na ponta da carteira teórica, destaque para o setor metálico, com Usiminas (+3,82%), CSN Mineração (+2,44%) e Gerdau, além de Marfrig (+2,99%) e Alpargatas (+2,52%). No lado oposto, Natura (-5,38%), Casas Bahia (-4,50%), Yduqs (-3,72%) e Raia-Drogasil (-3,53%). Na contramão dos materiais básicos, o índice de consumo, correlacionado à economia doméstica, cedeu hoje 1,27%.

Petrobras, que terça-feira tinha operado em reverso aos preços do petróleo, contribuindo então para a alta do Ibovespa, desta vez trouxe o movimento oposto: do positivo ao negativo, fechando em baixa, apesar do Brent e WTI em recuperação moderada na sessão. Como no caso de Vale e até mesmo de Banco do Brasil, as ações de Petrobras - especialmente a ordinária, que corresponde a cerca de 4,4% do Ibovespa, a quarta mais 'pesada' do índice - refletiram, em certo momento da sessão, as preocupações em torno de ingerência do governo em empresas nas quais tem influência.

### DÓLAR CAI 0,47%

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em queda de 0,47%, cotado a R$ 4,9321, em dia marcado por enfraquecimento da moeda americana no exterior e alta dos preços de commodities, na esteira da decisão do Banco do Povo da China (PBoC) de reduzir depósitos compulsórios para injetar liquidez no sistema financeiro. Foi o segundo pregão seguido de baixa do dólar no mercado doméstico, reduzido a alta na semana para apenas 0,11%. Em janeiro, a divisa avança 1,62%.

Pela manhã, o dólar à vista desceu até a casa de R$ 4,90 ao registrar mínima a R$ 4,9090.

TRIBUTOS

# Haddad cita importância de regulamentar reforma este ano

AMANDA PUPO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou ontem, a importância de que a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo ocorra em 2024, o que vai possibilitar que o calendário de transição previsto seja cumprido. O reforço foi feito ontem de manhã durante a reunião inaugural do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC).

O *Broadcast* (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) mostrou mais cedo que o chefe da equipe econômica pediu também que os grupos de trabalho que atuarão na regulamentação procurem elaborar textos próximos do ideal para facilitar o trabalho dos relatores no Congresso.

Em nota divulgada ontem, a Fazenda confirmou que o ministro pediu a união de esforços dos integrantes dos GTs para a realização do "melhor trabalho possível" na elaboração das propostas. "Inaugurar a transição do caos tributário para um sistema sustentável para o desenvolvimento da nossa cidadania e economia será um dia histórico para o Brasil", afirmou o ministro, segundo a pasta.

Como também mostrou o *Broadcast*, Haddad exaltou ainda que a construção do novo sistema tributário é uma oportunidade para criação de um "pacto federativo como nunca se viu no Brasil".

De acordo com o ministério, o chefe da equipe econômica ainda salientou a importância da reforma para solucionar distorções que penalizam os mais pobres, observando que a migração para o novo sistema contribuirá para "harmonizar o social com o fiscal"

Segundo a Fazenda, cerca de 200 pessoas participaram da reunião, entre membros da Comissão de Sistematização, do Grupo de Análise Jurídica, da Equipe de Quantificação e dos 19 Grupos Técnicos que compõem o programa.

"Em sua apresentação, o secretário Bernard Appy enfatizou que quanto mais consenso for obtido nos trabalhos, maior a legitimação dos projetos que serão enviados ao Congresso Nacional", disse a pasta.

MONTADORA

# GM prevê R$ 7 bi em primeira fase de investimentos no Brasil

LUIZ ARAÚJO/AE

O vice-presidente de Políticas Públicas, Comunicações e ESG da GM para América do Sul, Fábio Rua, disse que o novo ciclo de investimentos da companhia até 2028 prevê R$ 7 bilhões, mas que isso corresponde apenas à primeira fase e outros aportes poderão ser anunciados no período caso a montadora observe aceleração do mercado. "O último ciclo foi de R$ 10 bilhões, mas foi anunciado de uma só vez. Agora, podemos anunciar outras fases neste período (de 2024 a 2028)", afirmou.

A empresa anunciou no período da tarde o início de um novo ciclo de investimento para suas operações no Brasil.

Com foco em mobilidade sustentável, os investimentos incluem seis novos modelos de veículos e modernização de fábricas.

### FUTURO ELÉTRICO

O presidente da General Motors International, Shilpan Amin, disse que a companhia vai trabalhar com o objetivo de transformar o mercado brasileiro de automóveis em totalmente elétrico nos próximos anos. Para alcançar esse objetivo, porém, Amin avaliou que há desafios e que novos modelos de veículos precisam atender à realidade local. "Precisamos de um portfólio de veículos 100% elétricos, mas isso não é rápido", afirmou.

O foco em mobilidade sustentável inclui seis novos modelos de veículos, que devem ser "carregados de novidades", segundo o presidente da GM América do Sul, Santiago Chamorro.

Ainda não se sabe, mas os novos modelos poderão incluir elétricos e híbridos.

### PROGRAMA MOVER

Fabio Rua disse que a companhia está mais confiante com a segurança jurídica do País e que o lançamento do Programa Mover foi uma das peças para isso. A iniciativa foi criada por medida provisória publicada em 30 de dezembro e prevê apoiar a descarbonização dos veículos brasileiros, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade global.

"Há limitações de aplicações dos recursos do Mover para algumas áreas da cadeia de produção. Contudo, havia dúvidas sobre a criação ou não do programa e o anúncio trouxe maior segurança jurídica", disse Fabio Rua à imprensa após anúncio do novo ciclo de investimentos da GM no Brasil.

O vice-presidente também comentou sobre o tratamento para o setor dentro da reforma tributária. "Conseguimos a manutenção de incentivos, ainda que não nos mesmos níveis anteriores", disse. Rua afirmou que a tributária não influenciou negativamente o montante anunciado para o novo ciclo de investimentos e que ela traz maior previsibilidade para o setor.

### EMPREGOS

Fabio Rua evitou responder concretamente sobre a criação de novos postos de trabalho com a implementação do novo ciclo de investimentos no Brasil.

A montadora fez no mês passado uma redução de 1,2 mil vagas por meio de um programa de demissões voluntárias.

Sobre as demissões, Fabio Rua disse que elas se deram em "conjuntura específica", que o PDV já teria sido encerrado e que teve como objetivo adaptar o quadro à realidade.

Já sobre a criação de novos postos com o aporte de R$ 7 bilhões anunciados nesta quarta para o ciclo de investimentos até 2028, o executivo afirmou que poderá ocorrer, mas que não pode falar sobre números neste momento.

2024

# Financiamento do BNDES à construção naval será de R$ 2 bi

GABRIEL VASCONCELOS/AE

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, disse ontem, que o financiamento do Banco à construção naval será de ao menos R$ 2 bilhões em 2024. A cifra exata, porém, vai depender de "bons projetos", afirmou.

A informação foi dada em evento do BNDES no Rio de Janeiro, em que foram anunciados R$ 19 milhões não reembolsáveis para pesquisas de planejamento espacial da Marinha, no âmbito do programa BNDES Azul. Os recursos se repartem entre as regiões Sul (R$ 7 milhões) e Sudeste (R$ 12 milhões). Nesta quarta, foi assinado especificamente o contrato de Planejamento Espacial Marinho (PEM) para o Sul do País. Desembolsos para as regiões Nordeste e Norte ainda são discutidos.

"Em 2024, garanto que não serão menos de R$ 2 bilhões para financiar construção naval. Mas o BNDES reage a bons projetos, projetos estruturantes. Precisamos de bons projetos, olhando para o futuro", afirmou Alos anos 1970 Nós precisamos fazer navios, já fizemos, temos tecnologia e acúmulo para isso", afirmou o presidente do BNDES.

ABECIP

# Crédito imobiliário deve crescer 3% em 2024, para R$ 259 bi

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) estima que o crédito imobiliário deve crescer 3% neste ano em relação a 2023, chegando a R$ 259 bilhões em concessões. Se confirmado, será o melhor ano para o financiamento imobiliário no País em toda a série histórica, superando os R$ 255 bilhões emprestados em 2021.

Este crescimento deve ser novamente sustentado pelas linhas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que a Abecip estima que terão concessões 8% maiores que no ano passado, chegando a R$ 106 bilhões.

Os números incluem tanto a linha pró-cotista, oferecida a trabalhadores formais, quanto o Minha Casa Minha Vida, programa habitacional do governo federal, com recursos subsidiados.

Por outro lado, o crédito via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que inclui a caderneta de poupança, deve ficar estável, em R$ 153 bilhões. Estas linhas têm sido pressionadas tanto pelos juros mais altos quanto pela saída de recursos das cadernetas de poupança, que ano passado foi superior a R$ 70 bilhões.

O presidente da Abecip, Sandro Gamba, afirmou que neste ano o crédito deve ter o impulso de linhas concedidas para a construção de empreendimentos, dado que os estoques do mercado caíram no ano passado.

"Temos informação de entregas relevantes do setor em 2024", disse ele, durante coletiva de imprensa.

### PREÇOS

O presidente da Abecip afirmou ainda que há mais espaço neste ano para que os preços de imóveis subam. Além de a inflação estar menor, o que aumenta a renda disponível do mutuário final, o estoque do setor está mais baixo.

"Em um ambiente de estoque baixo, a discussão dos preços de imóveis fica mais remota", comentou ele. "A situação de estoque baixo e inflação baixa permite um incremento de preços."

O presidente da Abecip destacou que no ano passado, o setor de construção reduziu os estoques de imóveis nos empreendimentos, com um menor volume de lançamentos. Deste modo, os empreendimentos que estão sendo entregues ao longo dos últimos meses e que serão concluídos nos próximos têm uma quantidade baixa de unidades ainda não vendidas.

Gamba afirmou que o financiamento à produção neste ano dependerá do volume de lançamentos que o mercado fará. "Temos condições de atender à demanda do mercado. O mercado tendo um crescimento em relação aos anos anteriores, vamos dar suporte", disse ele.

ABRAS

# Vendas de supermercados têm alta de 3% em 2023

DANIEL MELLO/ABRASIL

As vendas dos supermercados registraram crescimento de 3,09% em 2023 na comparação com o ano anterior, segundo levantamento Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Em dezembro do ano passado, o setor teve alta de 10,73% em comparação com o mesmo mês de 2022.

O vice-presidente da Abras, Marcio Milan, avalia que o cenário econômico ao longo do ano foi favorável à expansão do consumo. "A menor inflação dos preços dos alimentos para consumo no domicílio na comparação com o consumo fora do lar foi um fator essencial para o crescimento do consumo das famílias ao longo do ano", enfatizou. Entre outros fatores positivos, o executivo destacou a queda no desemprego e os programas sociais.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

RECURSOS

# Governo estuda fundo de até R$ 6 bi para financiar aéreas

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, anunciou ontem que o governo estuda a criação de um fundo, com recursos de R$ 4 a R$ 6 bilhões, para conceder empréstimos a companhias aéreas brasileiras. As operações serão realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"Já está em construção com o ministro (Fernando) Haddad (da Fazenda), com o presidente do BNDES, (Aloizio) Mercadante. Vamos apresentar ao país um fundo de financiamento da aviação brasileira, para que as empresas aéreas possam buscar crédito, se capitalizar e, com isso, ampliar investimentos na aviação." Segundo o ministro, isso inclui desde refinanciamento de dívidas quanto investimentos em manutenção como também a compra de novas aeronaves. A previsão é que a proposta completa esteja definida em cerca de 10 dias, disse Costa Filho a jornalistas, após reunião no Palácio do Planalto com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e a presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), Jurema Monteiro.

O presidente Lula decidiu buscar alternativas para fortalecer o setor da aviação brasileira, afirmou Costa Filho, destacando que as empresas aéreas não tiveram apoio governamental ao longo dos últimos anos, em que a pandemia de covid-19 e o aumento dos cursos operacionais impactaram o mercado do segmento.

"Não tivemos, nos quatro anos do governo anterior, nenhum apoio concreto para as companhias aéreas brasileiras, nenhuma agenda de redução de custo do querosene da aviação. Nenhuma operação de crédito foi feita, no governo passado, com o BNDES, ou qualquer outro a gente econômico. E também não foi discutida a agenda da judicialização, tendo em vista que, com isso, foi-se sacrificando e colocando as empresas aéreas em dificuldade", argumentou.

Jurema Monteiro, da Abear, ressaltou que as conversas que estão ocorrendo ainda são de construção do cenário, construção das soluções para que seja possível, em conjunto, com o Ministério de Portos e Aeroportos, dialogar com as demais pastas e encontrar medidas que ajudem o setor a crescer.

O governo federal já mantém um fundo de financiamento, o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), mas que é destinado a financiar infraestrutura aeroportuária em aeroportos públicos. Segundo o ministro, o novo fundo destinado às empresas aéreas não tem relação com o Fnac.

### COMBUSTÍVEL

Além do fundo de crédito para as aéreas, a reunião desta quarta-feira discutiu formas de reduzir o custo do querosene de aviação. De acordo com Costa Filho, que não quis dar detalhes, a modelagem da proposta está sendo feita com a Petrobras.

O ministro afirmou também que, após a primeira etapa de discussão de pautas das companhias de aviação, o governo pretende fazer um diálogo com o Poder Judiciário para discutir o alto grau de judicialização do setor aéreo no país.

### VOA BRASIL

Já o lançamento do programa Voa Brasil, que vai assegurar passagens aéreas a R$ 200 para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni), está marcado para o dia 5 de fevereiro, informou Sílvio Costa Filho.

TESOURO

# Despesa do Governo Geral em 2022 foi de R$ 4,630 trilhões

SHEYLA SANTOS/ AE

O Tesouro Nacional divulgou que a despesa do Governo Geral foi de R$ 4,630 trilhões, equivalente a 45,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. O dado consta da primeira edição do Boletim de Despesas por Função do Governo Geral (Cofog).

De acordo com o Tesouro, o Boletim de Despesas por Função do Governo Central, que passou a ser publicado em 2018 e reunia somente os dados da União, será descontinuado e substituído por essa nova versão que amplia a abrangência dos dados e passa a detalhar as despesas nas três esferas de governo.

"Essa ampliação a nível de Governo Geral possibilita a comparação com países com distintos arranjos federativos, além de ensejar a análise de como as esferas de governo brasileiras compartilham a execução de políticas públicas", diz o documento

Segundo o relatório, a área de Proteção Social, que compreende gastos com benefícios previdenciários e programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, apresentou o maior nível de despesas em 2022, R$ 1,684 trilhão, ou seja, 16,7% do PIB.

No mesmo ano, o segundo maior gasto foi com a área de Serviços Públicos Gerais, que concentra despesas administrativas referentes aos juros da dívida pública - R$ 1,096 trilhão, o equivalente a 10,9% do PIB.

**NORONHA ENGENHARIA S.A.**
**CNPJ Nº 33.451.311/0001-26 - NIRE 3330004221-1**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Ficam convocados os acionistas por esta Diretora Presidente a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, conforme permite o artigo 7º. do Estatuto Social da Empresa, na sede social na Avenida Graça Aranha 226, 9º. andar, Centro, Rio de Janeiro, as 9:00 hs do dia 15/02/2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Eleição da Diretoria para o triênio 2024 a 2027, ii) Fixação do limite de valor da remuneração global dos diretores da Companhia para o triênio 2024 a 2027, iii) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2024.
**Moema Para Noronha** - Diretora Presidente,

MEDIDAS

# Nova portaria trará 200 lista de exceções para trabalho em feriados

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Uma nova portaria a ser editada até o início de fevereiro trará uma lista de cerca de 200 setores considerados essenciais que não precisarão fechar acordos com os sindicatos para trabalho aos feriados. A informação foi dada ontem pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e por entidades de trabalhadores e de empregados.

O anúncio ocorreu após reunião ontem à tarde entre representantes do governo, das centrais sindicais e dos empregadores. Segundo Marinho, a lista de exceções ainda não está definida, mas farmácia e postos de gasolina estão entre os setores que não precisarão de acordo coletivo.

"Fizemos o ajuste em todo o texto da portaria, que será republicada. Há uma bancada de relatores alterando o texto, que não apresentará hoje a versão final. A portaria anterior teve o único objetivo de provocar essa conversa nacional, com uma mesa permanente para discutir o tema, inclusive daqui para frente", disse Marinho em entrevista coletiva após a reunião.

A portaria publicada em novembro de 2023 e revogada logo em seguida, invalidou uma outra portaria de 2021, que concedeu autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados em vários setores do comércio.

Segundo o ministro, a nova portaria será editada até 5 de fevereiro e entrará em vigor logo após a publicação. Em relação ao trabalho aos domingos, as categorias fora da lista de exceções precisarão de convenção para implementar o trabalho. "A portaria do governo anterior agredia o que dizia a lei. A legislação diz que pode trabalhar aos fins de semana, mas que o trabalho aos feriados precisa de negociação [com os sindicatos]", acrescentou Marinho.

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), os setores excluídos serão listados num anexo da portaria.

"Observamos que existem alguns tipos de trabalhos que precisam funcionar por conta do atendimento à população, trabalhos especiais. Farmácia, por exemplo, que pode salvar a vida de uma pessoa. É primordial. Esse é o ajuste que foi feito, com um anexo de redação, dizendo quais poderão funcionar independentemente da negociação coletiva", informou.

Representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Ivo Dall'Acqua disse que a lei trata apenas do comércio de produtos. Atividades ligadas a serviços não terão necessidade de acordo coletivo, como bares, restaurantes e hotéis. Supermercados, no entanto, necessitam de convenção para abrirem aos feriados.

"A lei não contempla bares e restaurantes, que são do grupo de turismo e hospitalidade. A portaria vai deixar claro as categorias que poderão funcionar sete dias por semana, como hotéis e outras atividades. A lei diz respeito a parte do comércio que cuida do atacado e varejo, comércio de mercadorias, compra e vendas. Por isso, a gente trata a excepcionalidade com cuidado para que todos tenham tratamento isonômico", declarou.

Além do Ministério do Trabalho e Emprego, a reunião teve a presença de representantes das seguintes centrais sindicais: CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Os empregadores foram representados pela CNC.

### HISTÓRICO

Em novembro, o Ministério do Trabalho publicou uma portaria que obrigava a convenção coletiva para o trabalho aos feriados a todos os setores. Uma semana mais tarde, o texto foi revogado, após a Câmara dos Deputados ameaçar aprovar um decreto legislativo cancelando a portaria.

**AKTI MARINE SUPPLY EXPORTADORA S.A.**
**CNPJ/ME nº 05.870.219/0001-65 - NIRE nº 33.3.0027664-5**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Ficam os Senhores Acionistas da Akti Marine Supply Exportadora S.A. ("Akti" ou "Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 31/01/2024 às 15:00hs, na Rua Sacadura Cabral, nº 51, sala 401, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20081-262, para deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) destituição de diretor, com alteração do art. 7º, caput, do Estatuto Social da Companhia; (ii) eleição de diretor, com alteração do art. 7º, caput, do Estatuto Social da Companhia; (iii) autorização para a Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os instrumentos necessários à implementação das deliberações aprovadas pelos Acionistas. Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 2024. AKTI MARINE SUPPLY EXPORTADORA S.A. - Adolfo Acioli do Prado Neto - Diretor; Cristiano Ferraz de Oliveira - Diretor.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2023**

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 85/2023 no dia 26/02/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Material (CÂNULA FEMORAL ARAMADA ARTERIAL INFANTIL, 11 OU 12 FR, LUER LOCK; CÂNULA FEMORAL ARAMADA ARTERIAL INFANTIL, 13 OU 14 FR, LUER LOCK; CÂNULA FEMORAL ARAMADA ARTERIAL INFANTIL, 7 OU 8 FR, LUER LOCK e etc) Processo nº. 33409.003920/2023-41. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CNI

# Atividade cai, mas empresários da indústria iniciam 2024 mais otimistas

SANDRA MANFRINI/AE

A atividade industrial demonstrou enfraquecimento em dezembro de 2023, com redução da produção e do emprego no setor. A retração é esperada para meses de dezembro e ela foi mais branda que o normal no ano passado, segundo mostra a Sondagem Industrial, divulgada ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O índice de evolução da produção industrial atingiu 42,2 pontos em dezembro, abaixo da linha dos 50 pontos, indicando redução no nível de produção em relação a novembro de 2023. O indicador varia de zero a 100 pontos, e números abaixo de 50 sinalizam queda da atividade. Apesar do recuo, o índice está 0,4 pontos acima da média dos meses de dezembro da série histórica, de 41,8 pontos.

O indicador de evolução do número de empregados na indústria fechou dezembro do ano passado em 47,9 pontos, mostrando recuo no emprego industrial frente a novembro. Mas, ainda assim, ficou acima da média histórica, de 46,8 pontos.

A Sondagem Industrial mostra que, embora a retração da produção e do emprego tenha sido mais fraca em relação ao histórico, o nível de estoques passou a situar-se no patamar planejado pelas empresas em dezembro de 2023. Segundo a pesquisa, o indicador do nível de estoques atingiu 47,9 pontos no último mês de 2023, o menor valor atingido pela série desde dezembro de 2020, mostrando que a queda dos estoques foi significativa e disseminada entre as empresas.

Já o indicador de estoque efetivo em relação ao usual caiu 0,7 pontos e registrou 49,9 pontos. "Essa é a primeira vez em 18 meses que o indicador não registra excesso indesejado de estoques", destaca a CNI.

A Utilização da Capacidade Instalada apresentou recuo de 4 pontos porcentuais de novembro para dezembro, atingindo 67%. "O porcentual do mês é igual à média dos meses de dezembro da série, indicando que o nível de utilização da capacidade instalada se encontra de acordo com o esperado para o período", destaca da CNI.

### CONDIÇÕES FINANCEIRAS

A Sondagem revela que, no último trimestre de 2023, os empresários industriais mostraram menor insatisfação com lucro, menos dificuldade de acesso ao crédito e perceberam altas mais moderadas de preços. A CNI destaca ainda que a percepção a respeito da situação financeira como um todo é positiva.

O índice que mede a satisfação com a situação financeira chegou a 51,1 pontos no último trimestre do ano, após avançar 0,8 ponto em relação ao trimestre anterior. "Embora próximo da linha divisória, o indicador se manteve em campo positivo ao longo da maior parte de 2023 - com exceção do primeiro trimestre do ano - e, no último trimestre, se posicionou 2 pontos acima da média histórica dos quartos trimestres da série, de 49,1 pontos", destaca a entidade.

### EXPECTATIVAS

A pesquisa da CNI revela que, na passagem de dezembro de 2023 para janeiro de 2024, todos os indicadores de expectativas tiveram avanço, demonstrando intensificação do otimismo. "O otimismo é esperado para o período, porém, em 2024, se mostra de forma mais intensa e disseminada que o usual."

O índice que mede expectativa de demanda cresceu 3,6 pontos em janeiro, chegando a 55,6 pontos. O indicador de expectativa de compra de matérias-primas atingiu 54,4 pontos e o indicador de expectativa sobre quantidades exportadas cresceu 2,9 pontos ante dezembro de 2023, chegando a 53,8 pontos em janeiro.

**Tangará Energia S.A.**
CNPJ/ME nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária.**
São convidados os Senhores Acionistas da **Tangará Energia S.A.** a participarem da AGE que se realizará em sua sede social, Na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º, sala 16, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 14:00 horas do dia 01/02/2024, para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) ratificar a nomeação dos peritos avaliadores contratados para preparação do Laudo de Avaliação, para fins da cisão parcial da Companhia; (ii) examinar, discutir e aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Companhia; (iii) examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação preparado peritos avaliadores e, caso aprovada a Cisão Parcial, aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia; (iv) discutir e aprovar a Cisão Parcial da Companhia, proporcional ou desproporcional, com versão da parcela cindida para as sociedades: (a) **RNBL I Energética S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.173.752/0001-80 e (b) **Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89; (v) autorizar os Diretores da Companhia a promover o arquivamento e publicação dos atos da Cisão Parcial, bem como a praticar todos os atos necessários para a sua consumação e formalização; (vi) alterar a diretoria da Companhia; (vii) consolidar o estatuto social da Companha; e (viii) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 22/01/2024. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor. (23, 24 e 25/01/2024)

**ÚNICA PARTICIPAÇÕES LTDA.**
CNPJ Nº 36.169.712/0001-86 -NIRE 33202234034
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS (2ª CONVOCAÇÃO):** Ficam os Senhores Sócios de ÚNICA PARTICIPAÇÕES LTDA ("ÚNICA") convidados a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada, no dia 31 de janeiro de 2024, às 14:00horas, no endereço situado na Rua Sacadura Cabral nº 51 – sala 401, Saúde, Rio de Janeiro - RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) destituição de administrador não socio da ÚNICA, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (ii) eleição administrador não sócio da ÚNICA, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (iii) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Naveriver acerca da alteração da cláusula sexta do contrato social da Naveriver para destituir do quadro administrador não socio; (iv) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Naveriver para eleger administrador não sócio da Naveriver, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (v) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Flunave acerca da alteração da cláusula sexta do contrato social da Flunave para destituir do quadro administrador não socio; (vi) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Flunave para eleger administrador não sócios da Flunave, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (vii) determinação de que a administração da ÚNICA e de suas controladas pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nos itens anteriores da Ordem do Dia, inclusive, mediante o exercício do direito de voto da ÚNICA e de suas controladas em qualquer deliberação social de outras sociedades. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2024. ÚNICA PARTICIPAÇÕES LTDA. - Adolfo Acioli do Prado Neto; Cristiano Ferraz de Oliveira.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

**VERÃO:** Sol com nuvens durante o dia, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 22º 18º 85% 05:40 18:58

VÍDEO

# Arquidiocese de SP arquiva investigação sobre padre Júlio

A Arquidiocese de São Paulo arquivou a investigação sobre o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral de Rua da capital paulista. Segundo a entidade, o vídeo de conteúdo sexual foi divulgado em 2020 e já era investigado pela Cúria Metropolitana paulista.

"A Arquidiocese de São Paulo, não chegando à convicção suficiente sobre a materialidade da denúncia e considerando as conclusões do MPSP (Ministério Público de São Paulo), bem como da Justiça Paulista, também decidiu pelo arquivamento e informou a Santa Sé", diz nota da organização.

De acordo com o advogado de Lancellotti, Luiz Eduardo Greenhalgh, trata-se de uma montagem, um vídeo fake (falso).

No início de janeiro, o material havia sido entregue ao presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), pelo vereador Rubinho Nunes, do mesmo partido. Nunes é o autor do requerimento de comissão parlamentar de inquérito (CPI) que pretende investigar o padre Lancellotti e organizações sociais que apoiam pessoas em situação de rua no centro de São Paulo.

O vídeo foi entregue à Cúria Metropolitana na segunda-feira passada. Também fora levado ao Ministério Público. O material contém uma suposta videochamada entre um homem que alegaram ser o padre e um rapaz menor de idade. O conteúdo passou por procedimento investigativo. O MPSP também investigou o caso, concluindo que não há materialidade na denúncia e arquivou o inquérito.

A Arquidiocese informa ainda que permanece atenta a elementos verdadeiros sobre os fatos denunciados, mantendo distância de interesses ideológicos e políticos.

Sete vereadores paulistanos que assinaram o documento para a instauração da CPI já retiraram o apoio. Os parlamentares se disseram enganados pelo autor da CPI, uma vez que o texto não mencionava o padre.

SOLADADO SABRINA

# Suspeitos de matar PM na zona sul são presos

ÍTALO LO RE/AE

A Polícia Civil prendeu na terça-feira passada, dois suspeitos pela morte da soldado da Polícia Militar Sabrina Freire Romão Franklin, de 30 anos. Ela foi atingida por disparo de arma de fogo na última quinta-feira, durante um assalto na região de Parelheiros, zona sul de São Paulo.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública (SSP), as prisões ocorreram após a Justiça expedir mandado de prisão temporária contra a dupla. Na última sexta-feira, outros dois suspeitos também chegaram a ser detidos pela polícia, mas foram liberados depois de prestar depoimento.

A secretaria informou que um dos suspeitos preso na terça-feira foi localizado durante o período da tarde por investigadores do 25º Distrito Policial (Parelheiros), unidade policial que conduz o inquérito sobre a morte da soldado Sabrina Franklin.

Na noite do mesmo dia, o segundo suspeito se apresentou no 8º Distrito Policial (Belenzinho) acompanhado de um advogado. Conforme a secretaria, um deles seria o autor dos disparos que resultaram na morte da PM. Os dois foram recolhidos à carceragem

O secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, se manifestou sobre as prisões em publicação nas redes sociais. "A pronta resposta dada foi muito importante para mostrar que, no Estado de São Paulo, ninguém vai ficar impune", disse, em vídeo.

### RELEMBRE O CASO

O caso que resultou na morte da soldado Sabrina Franklin ocorreu por volta das 22h30 da última quinta na Estrada Ecoturística de Parelheiros. Segundo a PM, a agente estava de folga e transitava de moto em roupas civis quando foi surpreendida por dois criminosos em uma outra motocicleta.

A dupla teria anunciado o assalto e, na tentativa de se defender, a policial militar acabou sendo atingida por disparo de arma de fogo. Os criminosos fugiram às pressas do local e levaram o armamento de Sabrina, segundo registro da Polícia Militar.

A agente ainda foi socorrida por uma equipe policial e levada ao pronto-socorro do Hospital Parelheiros, próximo ao local onde ela foi atingida. Por lá, passou por cirurgia, mas não resistiu aos ferimentos. Ela era casada e não tinha filhos, informou a corporação.

SÃO CAMILO

# Hospital se recusa pôr DIU em paciente

RENATA OKUMURA/AE

Uma paciente relatou que, depois de realizar uma consulta, o Hospital São Camilo, em São Paulo, se negou a realizar a colocação do dispositivo intrauterino (DIU), um método contraceptivo de longo prazo e que é totalmente reversível. Por meio de seu perfil no X (antigo Twitter), Leonor Macedo falou sobre a recusa da instituição médica, que aconteceu na unidade da Pompeia, bairro da zona oeste.

"Vocês acham que é fácil ser mulher? Fui a uma consulta no Hospital São Camilo e a médica me informou que não pode colocar o DIU em mulheres porque isso vai contra os valores religiosos da instituição", afirmou ela. Ela disse ainda que o Hospital São Camilo entrou em contato para explicar que não realiza procedimentos contraceptivos em mulheres nem em homens. Segundo Leonor, foi uma conversa respeitosa, no entanto, ela criticou a postura do hospital.

Em uma das respostas aos seus comentários, uma internauta cita que o marido também recebeu a informação de que o Hospital São Camilo não realiza vasectomia. O próprio médico, no entanto, se ofereceu para realizar o procedimento contraceptivo no seu consultório particular. A consulta também foi realizada na unidade da Pompeia.

NOVA FASE

# Ouvidoria quer que PMs usem câmeras em Operação Escudo

DANIEL MELLO/ABRASIL

A Ouvidoria das Polícias de São Paulo solicitou que os policias militares envolvidos nas novas fases da chamada Operação Escudo usem câmeras corporais. Segundo o ouvidor das polícias, Cláudio Silva, foi enviado um ofício na tarde de terça-feira passada ao governo de São Paulo.

"A intenção é, em um primeiro momento, que o uso das câmaras corporais possa proporcionar mais tranquilidade e segurança para as pessoas que vivem, trabalham nesses territórios, mas também garantir segurança jurídica para a atuação desses policiais", explicou em entrevista à *Agência Brasil* ontem. "Acima de tudo, garantir publicidade, garantir que essa atuação seja pública e que uma ação legalista não pode ter receio de ter publicidade", acrescentou.

Foi enviado ainda, segundo o ouvidor, um ofício ao Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público Estadual solicitando que as ações sejam acompanhadas presencialmente.

### ATAQUES A POLICIAIS

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo (SSP), a Operação Escudo é lançada "sempre que um agente de segurança do Estado sofre um ataque, para restabelecer a ordem e a sensação de segurança da população". Ainda segundo a pasta, estão em andamento quatro operações: na zona sul paulistana; em Santo André, na região do ABC Paulista; em Guarulhos, norte da região metropolitana e em Piracicaba, no interior do estado.

Um dos crimes que motivou a reação das forças de segurança foi a morte da policial militar Sabrina Romão, em Parelheiros, zona sul da capital paulista, na quinta-feira passada da semana passada. Na última terça-feira, segundo a SSP, foram presos dois homens suspeitos de envolvimento no crime. Foram expedidos mandados de prisão temporária contra eles, sendo que um foi localizado pela Polícia Civil e outro se entregou.

A policial teria sido morta, de acordo com as informações obtidas até o momento, em um roubo seguido de morte, assim como outro caso ocorrido em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Ocorreram ainda, segundo a SSP, três casos de tentativa de latrocínio contra policiais que teriam motivado o lançamento das operações Escudo.

### GUARUJÁ

O ouvidor diz que há preocupação que essas ações repitam o modelo usado em Guarujá, no litoral paulista, no ano passado. Após a morte de um soldado da Polícia Militar foi lançada a Operação Escudo que resultou na morte de 28 pessoas em 40 dias. "O que a gente tem da operação anterior é um saldo muito negativo especialmente no que diz respeito à proteção na vida das pessoas e garantia de segurança para as pessoas. Então isso é muito preocupante", destacou Silva.

Há uma precipitação na forma do anúncio das operações policiais, na avaliação da socióloga Giane Silvestre, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). "Não tem nenhuma conclusão de investigação que aponte que esses atentados estejam relacionados entre si", diz.

A forma de resposta também vai, na avaliação da especialista, na direção errada. "Essa lógica de enfrentamento não é nem um pouco efetiva para a proteção dos policiais. Pelo contrário, ela deixa os policiais mais vulneráveis a esse tipo de ataque", enfatiza Giane. "Se a resposta do Estado também for excessos, também for abusos, isso vai gerar um ciclo de violência", acrescenta a pesquisadora.

A melhor forma de lidar com a violência contra os policiais, na visão da pesquisadora, é atuar com foco na prevenção com investigações qualificadas. "É investir em uma investigação que seja capaz de identificar e prevenir esses ataques. Porque se esses ataques de fato forem orquestrados, forem planejados por grupos de criminosos, a polícia tem condições de investigar e de evitar", ressalta.

Para a pesquisadora, é fundamental que não se repita o que aconteceu na Operação Escudo de 2023, no litoral paulista. "Nenhuma operação policial que resulta nessa quantidade de pessoas mortas pode ser considerada uma operação de sucesso. Operação policial de sucesso é aquela que preserva a vida das pessoas, e não que extermina a vida das pessoas."

A Defensoria Pública de São Paulo apontou diversos indícios de abusos durante a execução da operação no ano passado. "Dos 25 Boletins de Ocorrência analisados, em 15 deles consta a informação sobre o número de disparos realizados. Ao total, 70 disparos atingiram as vítimas fatais, o que totaliza uma média de 4,6 disparos em cada ocorrência", destaca um dos trechos da ação movida pela defensoria pedindo que os policiais militares sejam obrigados a usarem câmeras corporais.

"Também há de se destacar o encontro de mochilas/sacolas que não estavam sendo efetivamente portadas pelos indivíduos (como aquelas que foram encontradas jogadas na mata ou no fundo de uma viela) e que foram, automaticamente, vinculadas a um suspeito envolvido", acrescenta o texto sobre a forma como foram justificadas as mortes.

A SSP afirma que a sobre a Operação Escudo "foi realizada em absoluta observância à legislação vigente". "Todas as mortes registradas no curso da operação são investigadas pela Delegacia de Investigações Criminais (Deic) de Santos, com apoio do DHPP [Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa], e pela Polícia Militar por meio de Inquérito Policial Militar. O conjunto probatório apurado no curso das investigações, incluindo as imagens das câmeras corporais, foi compartilhado com o Ministério Público e o Poder Judiciário", acrescenta nota da pasta.

JUSTIÇA

# Bolsonaristas querem que Tarcísio coloque 'inimigo' de Moraes na PGJ

GUSTAVO CÔRTES/AE

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Aliados de Jair Bolsonaro tentam aproximar o governador Tarcísio de Freitas (**foto**) de José Carlos Bonilha, um dos candidatos ao comando da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) de São Paulo. O cargo ficará vago em meados de abril, quando termina o mandato do atual titular, Mário Sarrubbo, que será Secretário de Segurança Pública na gestão de Ricardo Lewandowski à frente do Ministério da Justiça.

O sucessor será escolhido em duas etapas. Na primeira, os integrantes do Ministério Público paulista formam uma lista tríplice por meio de eleições internas. Depois, caberá a Tarcísio escolher um dos nomes da lista. Os procuradores Paulo Sérgio Oliveira e Costa, ex-diretor da Escola Superior do Ministério Público e José Carlos Cosenzo, subprocurador-geral de Justiça de Políticas Criminais, despontam como favoritos. Eles têm o apoio de Sarrubbo, que, por sua vez, é ligado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, avalista de sua indicação para o governo Lula.

Bonilha, por outro lado, tem atraído a atenção de aliados de Bolsonaro pelo histórico de críticas à atuação do magistrado, principal adversário do ex-presidente no Judiciário. Desde setembro de 2022, ele responde a um processo administrativo disciplinar (PAD) por criticar resolução editada por Moraes, enquanto presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu eleitores de levarem celulares para a cabine de votação. A norma determinava que os mesários retivessem os aparelhos e que não autorizassem quem se negasse a entregá-los a votar.

Em entrevista, Bonilha classificou o ato como "uma medida absolutamente autoritária, que não encontra base constitucional" e que não poderia ser aceita. "Ordens manifestamente ilegais não devem e não podem ser cumpridas. O presidente do TSE, ao regulamentar a eleição dessa forma, extrapola todos os limites constitucionais", disse na ocasião.

O procurador Moacyr Rey Filho, membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), entendeu que as declarações atentaram "contra o prestígio e a dignidade da Justiça" e "lançaram descrédito e desconfiança sobre a Instituição e o sistema eleitoral brasileiro". Avaliou ainda que a fala poderia instigar o descumprimento da regra e determinou a abertura do PAD, ainda em curso.

"Dei uma opinião técnica. Fiz a construção de uma tese obediente à Constituição e às leis. Não me parece que isso dê ensejo a qualquer tipo de infração. Exerci meu pensamento. Se alguém pensa diferente, não há problema algum. Falei em meu nome, não no do Ministério Público", diz Bonilha ao Estadão.

Esta não foi a única oportunidade em que ele fez críticas públicas a Moraes. Em agosto de 2022, durante uma reunião virtual do Conselho Superior do MP-SP, ele se opôs ao voto de louvor ao ministro, proposto pelo corregedor-geral da entidade, Motauri Ciocchetti de Souza.

"Eu me vejo evidentemente obrigado a contrariar um voto de louvor a um ministro que, de forma recorrente, desobedece a um comando constitucional que consagra o sistema acusatório, um mandamento constitucional relevantíssimo e de fundamental importância para o Ministério Público", protestou.

Bonilha puxou outros quatro votos contrários à proposta, aprovada por seis a cinco e registrada na ata daquela sessão. A atitude expôs a divisão dentro do órgão sobre a atuação de Moraes. Procurado por meio de sua assessoria, o ministro do STF não se manifestou.

Apesar de seu histórico de críticas ao magistrado, o procurador rechaça o título de "bolsonarista". Prefere se definir como um "cristão de centro-direita" e prega uma atuação "sem viés ideológico" à frente da PGJ, o que, na sua avaliação, não ocorreu na gestão de Sarrubbo.

"A PGJ deve cumprir a Constituição e as leis sem aderir a nenhuma linha ideológica. As ONGs e os partidos podem ter as suas pautas e levar demandas para o MP, que serão atendidas desde que respeitem uma escala de prioridade estabelecida pela sociedade."

Ele cita como exemplo de "viés" as ações protocoladas pelo MP-SP contra Câmaras Municipais do Estado para impedir menções a Deus no início de sessões oficiais. "A Constituição prevê a laicidade do Estado. Isso significa que o Estado não está subordinado à Igreja, mas a religião não é proibida", argumenta.

"Se você vai a uma comarca em Ribeirão Preto, Catanduva ou Santos e pergunta o que a sociedade quer, acho difícil que alguém fale em eliminar a menção a Deus no início de sessões. Vão falar do crime organizado, da segurança alimentar, vagas em creche."

O procurador também questiona a postura de Sarrubbo nas eleições para a PGJ, em que manifesta apoio a Oliveira e Costa e a Consenzo. "Se o projeto do atual procurador-geral é institucional, por que ele tem dois candidatos e simpatia por uma terceira candidata? Bastaria apenas um. Eu fico até em dúvida se a estratégia não é colocar os três nomes na lista tríplice, fazendo com que o governador, qualquer que seja sua escolha, apoie o grupo situacionista". O procurador-geral de Justiça Mário Sarrubbo também foi procurado para falar sobre as críticas, mas sua assessoria informou que ele não vai se manifestar.

A terceira candidata a que ele se refere é a procuradora Tereza Exner, ex corregedora-geral do MP-SP. Ela é a única mulher na disputa e tem um histórico de atuação em pautas como combate à violência doméstica e a discriminação de gênero. Se eleita e escolhida por Tarcísio, seria a primeira mulher a comandar a PGJ

CORRUPÇÃO

# Comissão investiga fraude em salários extras de militares

TÁCIO LORRAN/AE

A Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República vai investigar supostas fraudes nos processos de quarentena remunerada dos ex-comandantes do Exército, general Marcos Antônio Freire Gomes, e da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, e do ex-diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Garigham Amarante Pinto. A decisão foi tomada na reunião de terça-feira passada, após reportagem do *Estadão* revelar que os servidores ganharam os salários extras ao usarem convites contestados pelas próprias empresas. Um deles chegou a receber mais de R$ 100 mil.

O *Estadão* apurou que a Comissão de Ética Pública vai reabrir os três processos, findados há quase um ano, e enviar questionamentos às autoridades e às companhias. Por fim, caberá aos relatores decidirem sobre o que será feito. As autoridades poderão ter que devolver o dinheiro. O caso também é investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após pedido do procurador Lucas Furtado.

A quarentena busca evitar que servidores do topo da hierarquia usem informações privilegiadas obtidas na função para beneficiar empresas privadas. No caso dos generais, eles disseram ter recebido propostas de companhias que, quando questionadas pelo Estadão, negaram que fizeram as ofertas de emprego.

Freire Gomes consultou a CEP em 20 de março do ano passado e informou ter recebido uma proposta formal para o Conselho de Administração da Associação Brasileira de Blindagem (Abrablin). Procurada, a Abrablin negou taxativamente a oferta: "Marco Antônio Freire Gomes não faz parte do quadro da associação, bem como não houve qualquer tipo de convite ou sondagem para isso."

Chefe da Marinha de abril de 2021 a dezembro de 2022, Garnier Santos disse ter sido convidado para trabalhar como consultor no Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Simde). "Não houve contratação para o quadro de pessoal nem para prestação de serviço, especificamente pelo Simde, desde 2022 até o momento. A propósito, não há planos de contratação no futuro próximo", disse o sindicato à reportagem.

Após a decisão determinando a quarentena, Freire Gomes recebeu um pagamento de R$ 58,7 mil brutos e Garnier Santos, de R$ 107 mil. O benefício se juntou ao salário de R$ 36 mil dos generais. Procurados, eles não se manifestaram.

Homem de confiança de Valdemar Costa Neto, Garigham Amarante Pinto foi diretor de Ações Educacionais do FNDE. Ao sair do cargo, Amarante disse pretender trabalhar para uma fabricante de ônibus, a Agrale, como "consultor sobre financiamento estudantil". Fundada em 1962 e sediada em Caxias do Sul (RS), a empresa também negou a oferta: "Pode estar havendo algum engano" Garigham explicou à reportagem ter consultado a CEP sobre "eventual incompatibilidade (com) o novo trabalho que tinha em vista na iniciativa privada".

Especialistas, juristas e ex-integrantes da CEP explicaram que, caso sejam comprovadas as irregularidades, os ex-servidores podem ser responsabilizados tanto administrativamente quanto na esfera criminal, a depender do caso. Eles poderão responder por falsificação de documento, falsidade ideológica ou improbidade administrativa.

"A Comissão julga de acordo com os elementos que são trazidos. Se um funcionário apresenta uma proposta (de trabalho) que não existe, houve fraude. Se isso chegar à Comissão, a Comissão terá de tomar as providências necessárias para que essa fraude seja reprimida", disse ao Estadão o presidente da CEP, o advogado Manoel Caetano Ferreira.

IRREGULARIDADE

# TCU suspende licitação bilionária da Fiocruz para produção de vacinas

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro João Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), suspendeu uma licitação de R$ 1,4 bilhão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para contratação de serviços de apoio à produção de vacinas, medicamentos e insumos usados no Sistema Único de Saúde (SUS).

A decisão seguiu recomendação da área técnica do TCU. Uma auditoria interna apontou indícios de irregularidades no edital que, segundo o documento, podem restringir a competitividade.

Um dos pontos questionados é a licitação, em um lote único, de serviços diversos. As exigências técnicas e de comprovação financeira também foram consideradas "injustificadas".

"A junção de todo o objeto licitado num único contrato reduz o universo que potenciais fornecedores aptos a prestar o serviço ora licitado, seja pela qualificação técnica ou pela qualificação econômica, que estão associadas à opção de licitação em lote único como potencialmente restritivas", escreveu o ministro.

A decisão é provisória e vale até o TCU julgar o caso. Por enquanto, a Fiocruz está proibida de dar andamento ao pregão. Caso algum contrato já tenha sido firmado, a execução deve ser congelada até o julgamento.

O ministro deu 15 dias para a instituição enviar documentos e esclarecimentos adicionais. A Fiocruz já havia justificado que os serviços foram licitados em bloco porque são "complexos" e precisam estar integrados desde a etapa experimental até a distribuição. Na avaliação da fundação, o desmembramento poderia colocar em risco a qualidade da produção.

EPIDEMIA

# El Niño e altas temperaturas favorecem aumento de casos de dengue no Brasil

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

As alterações climáticas provocadas pelo fenômeno conhecido como El Niño contribuem para infestações por Aedes aegypti e para a explosão de casos de dengue registrada no Brasil. Isso porque a combinação de altas temperaturas e chuvas intermitentes é a receita perfeita para a proliferação do mosquito. O alerta é de infectologistas ouvidos pela *Agência Brasil* e pela *Rádio Nacional*.

Infectologista graduado pela Universidade Federal da Bahia e descobridor do vírus Zika no Brasil, o médico Antonio Carlos Bandeira explicou que um corredor climático que sai do Centro-Oeste e desce pela porção oeste das regiões Sudeste e Sul acaba por contribuir para o aumento de casos da dengue não só no Brasil, mas em países vizinhos como Paraguai e Argentina. "Isso facilitou. Fez com que o *Aedes aegypti* pudesse ser disseminado."

"É isso que faz com que a coisa se complique. Você tem esse corredor de calor, e ele fica oscilando, com muita precipitação pluviométrica, de forma intensiva. Isso facilitou demais. Calor e muita chuva intermitente são a combinação principal para a dengue", disse. "O *Aedes aegypti* se reproduz mais rápido e vive mais quanto mais elevada é a temperatura. A situação é essa. Ele vive mais e se multiplica mais."

O infectologista e consultor da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para dengue, Kleber Luz, detalhou que o El Niño, de fato, contribui para o aumento do número de casos da doença, uma vez que eleva a temperatura do mar e, consequentemente, do continente. "Quando aumenta a temperatura, aumenta o número de mosquitos, a reprodutibilidade e o tempo de vida deles. Cada mosquito vai viver mais tempo, aumentando a chance de transmissão."

"Com as mudanças climáticas, quanto mais alta a temperatura, maior a proliferação do mosquito. Não só haverá um aumento do número de casos como uma expansão da área de acometimento por dengue. O Sul do Brasil que, antes, praticamente não tinha dengue, agora é sempre a região vice-líder no número de casos", disse. O estado do Paraná, por exemplo, já contabiliza quase 17 mil casos e quatro mortes provocadas pela doença desde julho.

Questionado se os sintomas da dengue estão mais fortes em 2024, dado o número de internações pelo país, o médico explica que essa tese não se confirma. "A dengue é sempre a mesma. Ela não é mais forte por conta das mudanças climáticas. Isso apenas aumenta o número de casos. E, quando aumenta o número de casos, de forma clara, aumenta o número de formas graves da doença porque mais gente precisa ser hospitalizada e mais gente pode vir a falecer."

CASO MARIELLE

# STJ debateu competência de delação sem considerar acordo com Lessa

WESLLEY GALZO/AE

Os ministros que compõem a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) se reuniram recentemente a portas fechadas para definir a competência do Ministério Público Federal (MPF) na apreciação de eventual termo de colaboração premiada com o ex-policial militar Ronnie Lessa, que é acusado de ter assassinado a vereadora Marielle Franco, em 2018. Dois membros do grupo afirmaram reservadamente à reportagem que a suposta delação firmada pela Polícia Federal (PF) com Lessa não foi submetida ao STJ. A Corte Especial debateu apenas se a eventual colaboração do ex-PM deveria tramitar sob os cuidados do MPF ou do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPRJ).

No último domingo, o colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, publicou que Lessa fez um acordo de delação premiada com a PF para apontar quem seria o mandante do crime que tirou a vida de Marielle. A corporação, por sua vez, afirmou em nota que apenas uma delação foi firmada até o momento, com o ex-PM Élcio Vieira de Queiroz.

Ele dirigiu o carro utilizado na campanha que terminou com o assassinato da vereadora. A PF afirmou em nota que "a divulgação e repercussão de informação que não condizem com a realidade comprometem o trabalho investigativo e expõem cidadãos".

Na delação premiada realizada em julho de 2023, Élcio apontou a participação do grupo liderado pelo contraventor Bernardo Bello no assassinato da vereadora. Élcio também deu o nome de um suposto responsável por contratar Lessa. O delator citou o policial militar Edimilson Oliveira da Silva, conhecido como "Macalé", assassinado em novembro de 2021.

CRIMES

# Moraes libera acesso da CGU às investigações contra Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem o compartilhamento com a Controladoria-Geral da União (CGU) das investigações abertas contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados na Corte.

Com a decisão, a CGU vai receber cópias das investigações que envolvem os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023; fraude nos cartões de vacina de Bolsonaro; joias doadas pelo governo da Arábia Saudita; uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para espionar opositores; interferência da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas eleições de 2022 e sobre a atuação de milícias digitais para atacar a democracia brasileira.

Apesar de autorizar o compartilhamento dos dados, Moraes não permitiu que delações premiadas sejam enviadas ao órgão.

"Neste momento processual, se revelaria absolutamente prematuro, em razão da pendência de finalização das diversas diligências determinadas", entendeu o ministro.

O pedido de acesso às investigações foi feito pela CGU, que pretende apurar a conduta de servidores públicos envolvidos nos fatos investigados.

UM À TOA

# Alckmin: Bolsonaro é 'um desocupado'

JULIANO GALISI/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou ontem, que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é "um desocupado". Segundo Alckmin, as declarações do ex-mandatário não chegam a atrapalhar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pois a postura dele é meramente "descompromissada com as coisas".

"Não é que ele atrapalha o governo, é uma coisa meio panfletária, descompromissada com as coisas, fake news, e advoga uma tese quase incivilizatória. Quem não é democrata não deve participar da eleição", afirmou Alckmin em entrevista ao portal UOL.

Na entrevista, Alckmin também analisou o panorama eleitoral da capital paulista. Lula está engajado na disputa à Prefeitura de São Paulo. A eleição, segundo o presidente, será de "confrontação direta" entre ele e Jair Bolsonaro, numa polarização representada pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), apoiado pelo petista, e pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), que vem se aproximando de Bolsonaro nos últimos meses.

Em um acordo que remonta a 2022, Lula estará no palanque de Guilherme Boulos. O vice-presidente Geraldo Alckmin, por sua vez, é entusiasta da pré-campanha da deputada federal Tabata Amaral, sua correligionária.

REDES SOCIAIS

# PF investiga suspeito de publicar prova do Enem

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã de ontem, a Operação Limite Virtual para investigar suposto vazamento da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Agentes vasculham dois endereços em Sobral, no interior do Ceará.

O principal alvo da ofensiva é um investigado que teria compartilhado trechos da prova nas redes sociais. A PF apura divulgação ilícita do tema da redação referente ao caderno rosa do exame, durante a realização da prova em 2023.

De acordo com a corporação, o investigado pode ser enquadrado por fraude em certame de interesse público, com pena que pode chegar a oito anos de prisão.

A investigação teve início após o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) comunicar o caso à PF. Foi então que a corporação identificou o suspeito no interior do Ceará.

De acordo com a PF, o nome da operação, Limite Virtual, "busca alertar as pessoas sobre os limites que devem ser impostos nas redes sociais".

CASO DE ESTUPRO

# AGU questiona pena menor para militares

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Advocacia-Geral da União (AGU) defenderam ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) a ação que pretende derrubar a regra do Código Penal Militar que fixou pena menor para crimes de estupro de vulnerável com resultado lesão corporal grave. O caso chegou ao Supremo por meio de uma ação protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

O órgão contesta trecho da Lei 14.688/2023, norma que previu pena de 8 a 15 anos para militares que cometerem o crime. A mesma conduta é punida pelo Código Penal com reprimenda de 10 a 20 anos de prisão. Para a AGU, a norma é inconstitucional por permitir que um civil seja condenado a uma pena maior que um militar.

"Não é possível imaginar uma pena mais branda aos militares que comentam crime militar de estupro de vulnerável com resultado lesão grave ou gravíssima, em cotejo à mesma reprimenda prevista na legislação penal comum, especialmente porque, no caso do crime militar, além de se levar em conta a proteção da dignidade sexual como bem jurídico tutelado, há que se salvaguardar os pilares básicos das instituições militares.

VERÃO: Chuvas durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 26º 19º 85% 05:25 18:41

ESTRADAS

# PRF começa a testar câmeras corporais no 2º semestre no Rio

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) planeja começar a testar as primeiras câmeras de vídeo corporais no segundo semestre deste ano no estado do Rio de Janeiro. A iniciativa integra o macroprojeto de, em breve, instalar equipamentos de registro de imagem e áudio não só nos uniformes dos agentes responsáveis pelo patrulhamento de mais de 75 mil quilômetros de rodovias federais que cortam o país, mas também em parte das viaturas da corporação.

"Este trabalho no Rio de Janeiro vai servir exatamente para entendermos se o que o mercado tem a oferecer nos atende; se aquilo que imaginamos como ideal para a corporação é factível e pode ser atendido", disse à *Agência Brasil* o gerente do Projeto Estratégico Bodycams (do inglês, câmeras corporais) da PRF, Luciano Fernandes.

Segundo Fernandes, os primeiros testes em campo serão realizados usando as 200 câmeras corporais que o Ministério da Justiça e Segurança Pública repassou à PRF. Os equipamentos fazem parte de um total de 400 aparelhos que o governo dos Estados Unidos doou ao Brasil para que as forças de segurança públicas brasileiras avaliem as vantagens e inconvenientes da tecnologia.

Conforme a *Agência Brasil* noticiou em novembro de 2023, o ministério entregou as outras 200 câmeras ao governo da Bahia – que também já vinha tocando seu próprio projeto de compra e instalação de câmeras corporais.

### ABORDAGENS

Elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Projeto Estratégico Bodycams foi apresentado em março de 2023. Na ocasião, ministério e PRF justificaram a iniciativa afirmando que o uso de câmeras corporais visa a ampliar e manter a segurança dos agentes rodoviários, bem como das pessoas abordadas.

"Entendemos o projeto das câmeras corporais como um passo fundamental para o futuro da PRF, por ser este um instrumento de garantia não só para a sociedade, mas, na visão da PRF, fundamental para a segurança do próprio policial", destacou o diretor-geral da corporação, Antônio Fernando Souza Oliveira, poucos meses depois da criação de um grupo de trabalho composto por técnicos do órgão e diversos especialistas convidados a debater o assunto com base na experiência de outras instituições de segurança nacionais e internacionais.

Oliveira defendeu o uso das câmeras no dia em que a morte de Genivaldo de Jesus Santos, de 38 anos, completava um ano. Abordado por policiais rodoviários federais em Sergipe, Genivaldo morreu asfixiado após ser trancado no porta-malas de uma viatura com vidros fechados e no interior da qual os agentes lançaram uma bomba de gás lacrimogêneo.

"Agora, (as 200 câmeras doadas pelo governo norte-americano) vão nos permitir iniciar os testes em campo no estado do Rio de Janeiro, a partir do segundo semestre deste ano. Isso faz parte desta fase de estudos, de preparativos. Para que, no ano que vem, possamos implantar o projeto em todo o país", explicou Fernandes, referindo-se ao macroprojeto da corporação, que prevê a compra de milhares de aparelhos.

"Nosso objetivo final é que todo policial (rodoviário federal), ao ir a campo, esteja usando uma câmera corporal e que toda viatura tenha uma câmera veicular. Para isso, serão necessárias ao menos 3 mil câmeras corporais e umas 3 mil veiculares", estimou o diretor da PRF.

Ele disse que os testes ajudarão a PRF a identificar suas reais necessidades. "Se, durante os testes em campo, entendermos que as câmeras não duram todo o plantão de um policial rodoviário, teremos que ter o dobro de aparelhos. Então, serão necessárias, no mínimo, 6 mil câmeras. E se percebermos que, em termos de custos, podemos avançar para a proposta de uma câmera para cada policial, então serão necessárias quase 13 mil câmeras". Até meados de 2022, o efetivo total da PRF chegava a 12.356 servidores.

### ESCOLHA

De acordo com Fernandes, o estado do Rio de Janeiro foi escolhido para abrigar a fase de testes em comum acordo com a embaixada e o consulado norte-americano, que intermediaram a doação das 400 câmeras fornecidas pelo Escritório de Assuntos de Aplicação da Lei Internacional de Narcóticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

"Há um acordo entre Brasil e Estados Unidos que prevê recebermos recursos para fomentar a política nacional de combate ao narcotráfico e ao crime organizado. Todos os anos, recebemos, dos Estados Unidos, um determinado valor em bens e serviços. (No ano passado), o governo norte-americano optou por fornecer as [400] câmeras corporais que foram repassadas à PRF e ao governo da Bahia", informou Fernandes. Segundo ele, além de indicar a capital fluminense, as autoridades norte-americanas também selecionaram a empresa que será encarregada de armazenar os registros que serão gravados pelas 200 câmeras repassadas à PRF.

"Eles fizeram uma licitação, vencida pela empresa Axon, e nos pediram que as 200 câmeras [doadas] fossem usadas no Rio de Janeiro", revelou o diretor da PRF. Tida como uma das principais fabricantes de equipamentos de segurança dos Estados Unidos, a *Axon* presta serviços semelhantes a estados brasileiros cujos agentes de segurança usam câmeras corporais ou veiculares, como, por exemplo, de São Paulo.

"As imagens ficarão armazenadas em servidores da *Axon* porque ela venceu a licitação que o governo norte-americano fez, mas há um contrato prevendo que a gestão dos arquivos armazenados pelas câmeras doadas será feita exclusivamente pela PRF. Só nós teremos acesso às informações armazenadas no [*cloud*] *storage* [servidores remotos usados para guardar arquivos digitais]. Ninguém mais vai saber o que está armazenado e só nós poderemos retirar ou colocar informações nos arquivos", garantiu Fernandes, acrescentando que caberá à PRF providenciar a acoplagem das 200 câmeras doadas aos uniformes policiais, bem como coletar, receber e transmitir os arquivos e gerir todo o sistema.

"Nossa licitação, nosso projeto para fazermos uma contratação em nível nacional, que está correndo normalmente, conforme planejado, é uma outra coisa. Daí a importância desta fase de testes quando estamos para abrir um chamamento público e dar a outras empresas a oportunidade de apresentar suas soluções tecnológicas." Fernandes disse que, desde março do ano passado, quando a PRF iniciou estudos para implementar as câmeras corporais nos uniformes dos policiais rodoviários federais, foram consultados especialistas e feitas visitas a algumas forças policiais de outros países, incluindo os Estados Unidos, para entender o que vêm sendo feito em outras partes.

Com base nisso, estabeleceram-se parâmetros que poderão ser usados na continuidade do projeto. "Entendemos, por exemplo, que não adiantava ficarmos só com as câmeras corporais e decidimos incluir as câmeras veiculares no projeto, como forma de ter mais qualidade na captação de imagens.

PARALISAÇÃO

# Argentina tem dia de greve contra 'reformas' de Milei

O presidente Javier Milei enfrentou uma greve geral contra pacote de medidas para desregulamentar a economia. A paralisação foi convocada pela maior central sindical da Argentina, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), que falou na adesão de 1,5 milhão de pessoas por todo país, sendo 600 mil em Buenos Aires. Na capital, os manifestantes se concentraram em frente ao Congresso, onde tramita um dos projetos prioritários para o governo. Segundo a polícia portenha, o ato reuniu entre 80 e 100 mil pessoas.

Apesar do protocolo do governo que proíbe o bloqueio de vias, a 9 de julho, uma das principais avenidas de Buenos Aires, foi tomada por manifestantes em que seguiam em direção ao Congresso ao longo da tarde. O protesto se dispersou por volta das 15h, depois que as lideranças sindicais discursaram contra o megadecreto e a chamada "Lei Ônibus".

As falas foram marcadas pela ameaça do sindicalista Pablo Moyano ao ministro da Economia, Luis Caputo. "Se seguir com essas medidas, os trabalhadores não vão erguer o ministro nos ombros, vão jogá-lo no Rio Riachuelo", disse. A ameaça faz referência à declaração de Javier Milei, que sugeriu no começo do mês "erguer" o ministro, se a inflação de dezembro ficasse abaixo dos 30%. Caputo, por sua vez, disse esperar que a Justiça adote as medidas cabíveis em resposta ao sindicalista.

Além da mobilização nas ruas, a greve geral afeta ainda o sistema de transporte da Argentina. Voos foram cancelados e boa parte das linhas de ônibus, trens e metrôs para de circular na noite desta quarta-feira. Os serviços de coleta de lixo e correios também sofreram interrupções.

O movimento foi criticado pelo governo, que assumiu há 45 dias. "Vai de encontro ao que a maioria quer: viver em paz em um país onde as coisas começam a ser bem feitas, entendendo que é um momento extremamente complicado", declarou o porta-voz da presidência, Manuel Adorni, sobre a paralisação.

Minutos antes do início oficial da greve, ao meio-dia, a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, postou nas redes sociais vídeos com comerciantes do bairro de Flores, em Buenos Aires, que não aderiram à paralisação. "Todo mundo trabalhando aqui?", perguntou repetidas vezes. "Aqui estão todas as pessoas que trabalham. Quem não trabalha não come. Aqui todos estão trabalhando", declarou.

WIKIPÉDIA

Os manifestantes se opõem aos projetos do governo que, juntos, somam mais de mil medidas para desregulamentar praticamente todos os aspectos da economia argentina. A chamada Lei Ônibus recebeu hoje o aval das comissões da Câmara para votação em plenário depois de um recuo do governo, que abriu mão de 141 artigos do pacote.

Apesar do avanço, a avaliação é de que ainda não há maioria para aprovar pontos considerados centrais do texto em plenário. Por isso, a votação que o governo esperava para esta quinta-feira, 25, foi adiada e só deve ocorrer na próxima terça, segundo a imprensa argentina. Diante da notícia, as centrais sindicais já falam em novas mobilizações para semana que vem.

O megadecreto, por sua vez, entrou em vigor automaticamente, em dezembro, mas ainda precisa passar por uma comissão do Congresso e enfrenta questionamentos na Justiça.

DESOCUPAÇÃO

# Com violência, Israel pressiona palestinos a deixarem Khan Yunis

O Exército de Israel ordenou, ontem, o esvaziamento parcial da cidade de Khan Yunis, situada no sul da Faixa de Gaza e epicentro dos combates no enclave. Testemunhas relataram disparos de helicópteros militares israelenses em torno da cidade, onde Israel diz que os líderes do grupo Hamas estão escondidos.

Segundo a ONU, o Exército israelense ordenou que sejam esvaziados vários setores de Khan Yunis, onde vivem 88 mil habitantes e cerca de 425 mil pessoas deslocadas pela guerra.

O Hamas acusou ontem Israel de tentar transferir à força "dezenas de milhares de pessoas" de Khan Yunis para Rafah, na fronteira com o Egito. Rafah também sofre com os combates e, ontem, homens e mulheres prestaram homenagem aos seus familiares mortos nos bombardeios e os colocaram diretamente no chão em frente ao necrotério.

Segundo o Ministério da Saúde do Hamas, os hospitais receberam 125 corpos durante a noite e o governo do grupo falou em "mais de 200 mortos". A Organização Mundial da Saúde lamentou ontem uma situação "catastrófica e indescritível" nos hospitais de Khan Yunis, enquanto o Crescente Vermelho palestino afirmou que há intensos ataques ao redor do hospital Al-Amal, uma das zonas que Israel pediu para evacuar.

Na terça-feira passada, o Exército de Israel anunciou que havia cercado Khan Yunis e "aprofundado as operações na área", local cujos túneis os militares israelenses acreditam que tenham líderes do Hamas escondidos.

Israel tem agora como prioridade encontrar o líder do Hamas dentro de Gaza, Yahya Sinwar, e o chefe militar, Mohamed Deif, considerados os autores intelectuais do ataque de 7 de outubro em solo israelense, que terminou com mais de 1.200 mortos e mais de 240 raptados.

As tropas também procuram ali alguns dos 136 reféns que permanecem no interior do enclave, por suspeitarem que possam estar escondidos sob os túneis daquela cidade, depois de terem encontrado há poucos dias um extenso túnel com indícios de que israelenses tinham sido detidos no local.

### MAIOR BAIXA

Vinte e um reservistas de Israel morreram na região de Khan Yunis quando foram surpreendidos, na segunda-feira passada, por um foguete antitanque enquanto colocavam explosivos em dois edifícios para demoli-los. Com a morte de outros três soldados em um incidente separado, Israel sofreu o pior número de perdas diárias entre as suas tropas desde o início da ofensiva terrestre em Gaza, no final de outubro.

Mais de 200 pessoas compareceram ao funeral em Jerusalém de um dos soldados, Hadar Kapeluk, cujo caixão estava coberto pela bandeira azul e branca de Israel. "Neste dia, nesta guerra, todos queremos unir-nos como um só coração", declarou Ariel Chen, morador da cidade, que compareceu à cerimônia.

Segundo o chefe do Estado-Maior israelense, os soldados mortos tinham a missão de "criar as condições de segurança necessárias" para o retorno dos israelenses que viviam perto de Gaza.

Na frente diplomática, uma delegação do Hamas está no Cairo, no Egito, desde terça-feira, 23, para "discutir com o chefe da Inteligência egípcia uma nova proposta de cessar-fogo", segundo uma fonte próxima às negociações.

Brett McGurk, conselheiro do presidente americano para o Oriente Médio, também esteve no Cairo na terça-feira para discutir uma "pausa" nas hostilidades e a libertação de reféns, segundo Washington. Segundo John Kirby, porta-voz da Casa Branca, há "negociações muito sérias" para buscar outro acordo sobre os reféns.

Até agora, o governo do primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, se opõe a qualquer cessar-fogo.

SE IMPONDO NA ÁREA

# Coreia do Norte dispara vários mísseis de cruzeiro no mar, dizem EUA e Seul

As Forças Armadas da Coreia do Sul acusaram ontem, a Coreia do Norte de disparar vários mísseis de cruzeiro em águas ao largo de sua costa ocidental, aumentando as tensões nucleares com Seul, Estados Unidos e o Japão.

O Estado-Maior Conjunto da Coreia do Sul disse nesta quarta que as Forças Armadas dos EUA e da Coreia do Sul estavam analisando os lançamentos. Ele não confirmou imediatamente o número exato de mísseis disparados ou seus detalhes específicos de voo.

É o segundo lançamento da Coreia do Norte no ano, após um teste em 14 de janeiro do primeiro míssil balístico de alcance intermediário de combustível sólido do país. Esta arma, em particular, ameaça bases militares dos EUA no Japão e em Guam.

As tensões na Península Coreana aumentaram nos últimos meses, com as ameaças do ditador norte-coreano Kim Jong Un contra os Estados Unidos e seus aliados asiáticos. Em resposta, os EUA, a Coreia do Sul e o Japão vêm expandindo seus exercícios militares combinados, que Kim retrata como ensaios para uma invasão.

Na mais recente retaliação, a Coreia do Norte disse na semana passada que realizou um teste de um suposto drone de ataque subaquático com capacidade nuclear em resposta a um exercício naval combinado entre os Estados Unidos, a Coreia do Sul e o Japão, culpando seus rivais pelas tensões na região.

### AMEAÇA NUCLEAR

Os mísseis de cruzeiro estão entre uma ampla gama de armas que a Coreia do Norte vem testando nos últimos anos, na tentativa de criar uma ameaça nuclear viável contra os Estados Unidos e seus aliados asiáticos.

Desde 2021, o Norte tem realizado vários testes de voo do que descreve como mísseis de cruzeiro de longo alcance, que afirma serem capazes de atingir alvos a 1,5 mil quilômetros, uma distância que coloca quase todo o Japão e as instalações militares dos EUA ao seu alcance. O Norte descreveu essas armas como "estratégicas", comunicando a intenção de equipá-las com armas nucleares.

Embora as atividades de mísseis de cruzeiro norte-coreanos não sejam diretamente proibidas pelas sanções da ONU, os especialistas afirmam que essas armas podem representar uma séria ameaça à Coreia do Sul e ao Japão, pois foram projetadas para voar como pequenos aviões e viajar por uma paisagem que dificultaria sua detecção por radar.

Há preocupações de que a Coreia do Norte aumente as tensões em um ano eleitoral nos EUA. Especialistas afirmam que o objetivo do Norte seria aumentar seu poder de barganha ao planejar eventuais negociações com quem vencer a votação presidencial de novembro.

A Coreia do Norte também tem um longo histórico de aumentar a pressão sobre a rival Coreia do Sul quando não obtém o que deseja de Washington. No Parlamento de Pyongyang, na semana passada, Kim declarou que a Coreia do Norte está abandonando seu objetivo de longa data de uma unificação pacífica com o Sul e ordenou a reescrita da constituição do Norte para consolidar seu rival dividido pela guerra como seu adversário estrangeiro mais hostil.